

Maternidade, raça e redenção: uma análise do conto “Os porcos”, de Julia Lopes de Almeida

Maternity, Race and Redemption: An Analysis of the Short Story “Os Porcos”, by Julia Lopes de Almeida

Claudia Daniele Blum Santana

Universidade Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0981-3908>

Resumo: A maternidade e o feminino foram, por muito tempo, termos percebidos como sinônimos, e, na virada do século XIX para o século XX, tal percepção ganhava, ainda, justificativas científicas para embasar essa interdependência. Julia Lopes de Almeida, uma das mais importantes autoras brasileiras nesse período, refletiu e escreveu largamente sobre os temas de forma pessoal, por meio de crônicas, nas quais exprimia suas impressões, opiniões e sugestões. Enquanto ficcionista, criou, por meio de seus vários contos e de seus romances, uma miríade de mães fictícias que nos permitem acessar diversas maternidades e as diversas ânsias que acompanham essa condição. Nesse artigo, pretendemos entender como suas concepções pessoais se relacionam com sua ficcionalização da figura materna no conto “Os porcos” (1903). Além disso, através de uma análise literária do conto, tentaremos demonstrar como o papel materno é trespassado, nessa narrativa, por questões de raça, e em que medida essas questões modificam a maternidade que é permitida à protagonista da história. Por fim, examinaremos como a estética da Literatura Naturalista influencia não apenas o enredo, dada sua premissa determinista, mas também a própria percepção que a voz narrativa constrói sobre a personagem, e como os ideais misóginos e racistas da sociedade do final do século XIX são retratados na história de uma personagem feminina que, desde o início, aparece condenada a um só destino.

Palavras-chave: maternidade, racismo, Naturalismo, Belle-Époque, Julia Lopes de Almeida.

Abstract: Maternity and femininity were for a long time perceived as synonyms and by the turn of the 19th to the 20th century this perception was gaining a lot of scientific arguments to back up the intrinsic correlation. Julia Lopes de Almeida, one of the most important Brazilian authors of the time, pondered and wrote largely about those themes in a personal manner, in essays in which she expressed her impressions, opinions and suggestions. As a writer, she created, in her numerous short stories and novels, a myriad of fictional mothers that allows us access to sundry forms of motherhood and the sundry angsts that come with this condition. In this paper we intend to understand how her personal beliefs correlate with the fictionalization of the mother figure in the short story “Os porcos” (1903). Moreover, through a literary analysis of the short story, we’ll try to demonstrate how the role of the mother is crossed, in this narrative, by a bias of race and how it modifies the maternity that is allowed to the protagonist. Finally, we’ll examine how the literary aesthetic of Naturalism influences not only the plot of the story, according its deterministic premise, but also the framing that the narrator makes of the character and how it evidences the misogynistic and racist ideals of the society at the end of the 19th Century are portrayed in the story of a female character that is, since the start of the narrative, condemned to a single destiny.

Keywords: maternity, racism, Naturalism, Belle-Époque, Julia Lopes de Almeida.

Introdução

Julia Lopes de Almeida foi uma escritora que, na sua época, conquistou apreço de público e de crítica. Defendendo mudanças radicais no tratamento que recebiam as mulheres (Telles, 2017), ao mesmo tempo em que era ela própria dedicada esposa e mãe, conseguiu se manter em um espaço que, poucos anos antes, seria inconcebível às mulheres, a ponto de ser reconhecida por seus pares como um dos mais respeitáveis (gênero marcado no masculino) homens das letras brasileiras (Homenagens literárias, 1912). Mesmo assim, o preconceito de gênero no Brasil da Belle-Époque (1870-1922) a limitou em diversas ocasiões, a exemplo do impedimento de seu ingresso à Academia Brasileira de Letras (Será levantada..., 1925), apesar de ter sido uma das pessoas a idealizá-la, e do esquecimento a que sua obra foi relegada após sua morte (Fanini, 2018).

Dotada de grande projeção social, a autora não se furtava a tecer comentários sobre diversos temas sociais relevantes nas colunas que escrevia para jornais de grande circulação (Telles, 2017), dando voz à sua opinião sobre a potencialidade das contribuições de mulheres para a sociedade brasileira. Tal posicionamento fez com que a autora, mesmo que frequentemente se esquivasse de se afirmar feminista (Rio, 1908?), fosse reconhecida e criticada como defensora desse movimento (Julia Lopes, 1896). Suas opiniões, que, à época, causavam choque e revolta por terem potencial disruptivo, hoje também o causariam, mas por seu teor anacronicamente conformista e sexista. Isso acontece, pois a escritora se valia dos ideais de uma vertente da primeira onda do feminismo, conhecida como *feminismo maternal* (Casagrande, 2018), pelo qual se entende “que a mulher, por causa de seu ‘instinto maternal’, tem uma contribuição única e vital para a sociedade, que os valores da cultura feminina equilibrariam a competitividade e aspetos destrutivos da cultura masculina” (Casagrande, 2018, p. 5).

Assim, ao invés de se preconizar uma igualdade entre homens e mulheres, tal qual ondas feministas mais recentes, sugeria diferenças inerentes ao gênero. O disruptivo para a época, no entanto, é que as feministas adeptas dessa corrente viam nessas diferenças, ao invés de fraqueza e fragilidade, força e contribuição para a sociedade, as quais se daria, justamente, por meio da criação dos filhos. Desse modo, os valores desse movimento correspondiam aos da época, pois, segundo Maria Ângela D’Incao, “O ideal da maternidade dedicada, cultivado pela família burguesa, marca presença em publicações para mulheres, romances e obras de arte do final do século XIX e das primeiras décadas do XX” (D’Incao, 2017, p. 239). Ou seja, um ideal que acompanha a civilização ocidental desde a expansão do cristianismo no século IV

(D'Incao, 2017) continua reforçado na virada do século XIX ao XX. A própria Júlia escreveu extensamente sobre a maternidade, seja nas obras ficcionais, seja nas didáticas; escreveu para crianças, e talvez por isso tenha sido tão bem aceita socialmente em seu tempo - ela era uma escritora que escrevia para crianças, moças, noivas, mães, e ela própria era, acima de tudo, vista como esposa e mãe. Júlia estava inserida em um tempo no qual a maternidade era bem vista, reforçada, propagandeada como ideal, como *salvação*. Sobre isso, Magali Engel afirma que:

A maternidade era vista como a verdadeira *essência* da mulher, inscrita em sua própria natureza. Somente através da maternidade a mulher poderia curar-se e redimir-se dos desvios que, concebidos ao mesmo tempo como causa e efeito da doença, lançavam-na, muitas vezes, nos *lados do pecado* (ENGEL, 1997, p. 331, grifo nosso).

Adepta do feminismo maternal, que conciliava esses valores burgueses com uma maior atuação social da mulher (Tedesque, 2022), desde o começo de sua carreira, Julia defendia que se educassem as mulheres para que, uma vez que se tornassem mães, pudessem desempenhar esse papel da melhor forma possível, melhorando, assim, a realidade social. Foi, no entanto, em 1925 que a autora dedicou uma obra exclusivamente voltada para a potencialidade da mulher na sociedade, intitulada *Maternidade* (Almeida, 1925). Embora o título nos remeta a uma expectativa de um tratado sobre como ser mãe ou sobre como se educar uma criança (e talvez a autora o tenha escolhido justamente para apaziguar um pouco os ânimos da sociedade patriarcal em que vivia), a maternidade em si assume na obra uma posição secundária. Em primeiro plano, há tratados da autora sobre a Primeira Guerra, ora condenando-a, ora tentando entender o conflito, ora lamentando as perdas que ocasionou, ora refletindo sobre a potencialidade do papel social das mulheres, segundo as funções que desempenharam na guerra, seja na linha de frente, como enfermeiras, seja nos bastidores, como na produção de munição ou de uniformes.

Para a autora, no entanto, a Guerra fora lamentável, e a forma de evitar que novos conflitos assim se repetissem seria justamente uma maior participação de mulheres na sociedade, pois, em sua concepção, ser mulher e ser mãe eram sinônimos, e "maternidade e guerra são antíteses. Uma cria, outra destrói¹; uma é vida, outra é

¹ Por se tratarem de textos do final do século XIX e início do século XX, haverá, nas citações diretas, divergências de ortografia em relação à norma corrente da Língua Portuguesa. Optamos por não atualizar a grafia das palavras, para mantermos registro autêntico dos textos.

morte; uma é benção, outra é maldição” (Almeida, 1925, p. 76). Desse modo, percebemos que, para a autora, a maternidade teria um papel ativo na construção de uma nova sociedade pacífica e justa, uma vez que as mulheres pudessem estudar e, ao receber instrução, também se tornassem pacíficas e justas. Nas palavras da autora:

Por acreditar que as mãis têm nas mãos o destino dos homens, foi que o celebre Schreidan concebeu a idéia de fundar na Inglaterra uma Educação Nacional para as mulheres. “As mulheres nos governam, disse ele, procuremos torna-las perfeitas. Quanto mais esclarecidas forem, melhor nos esclarecerão. Da cultura do espirito feminino depende a nossa cultura. É com a mulher que a natureza escreve no coração do homem (Almeida, 1925, p. 62-63).

Para a escritora, homens e mulheres tinham características inatas opostas, mas estaria nas inclinações “naturais” da mulher a solução para os problemas que o mundo enfrentava, especialmente depois do maior conflito armado que acontecera até o momento. Assim, Julia acredita na bondade e na compaixão como características inerentes à mulher, embora reconheça, em um determinado momento:

Seria na verdade querer tapar o Sol com uma peneira, negar a existência de mãis más e de má influência, mas é justo observar que a acção destas é quasi sempre inconsciente e desintencionada. Se a maior parte delas tivesse tido o espirito vasculhado por bons conselhos e uma educação firme e sã, o número das más seria *ainda mais* restricto e méramente constituido por perversidades doentias e irremediaveis! (Almeida, 1925, p. 74, grifo nosso).

Podemos perceber, portanto, que a maldade nas mulheres era vista como um desvio, um caso de exceção, e que, via de regra, a contribuição dos valores atribuídos à feminilidade, tais como amor, compaixão, abnegação, leniência, cuidado, era essencial, segundo a autora, para a sociedade que ela idealizava. Além disso, essa contribuição deveria se dar, principalmente, por meio de seus filhos e da criação que ela lhes desse, uma vez que “a política só póde seduzir as mulheres como um instrumento contra a guerra” (Almeida, 1925, p. 124).

Contudo, é necessário que nos questionemos sobre que mulheres a autora tem em mente quando faz essas afirmações, pois a autora afirma:

Os nossos instintos [dos brasileiros] ainda não estão afinados pelo atavismo de educações seculares. Entre nós, os que não saíram de raças puras, transplantadas, têm nas veias de mistura com o sangue europeu o sangue ainda mal amaciado, das tribus indígenas ou africanas, o que

torna mais complexo o nosso modo de ser e mais difícil o aperfeiçoamento do nosso meio social (Almeida, 1925, p. 116).

Nesse trecho, fica claro que, para a autora, a dificuldade de refinamento pela educação, no Brasil, se daria por motivações biológicas resultante de “raças não puras”, desconsiderando-se as questões sociológicas e historiográficas envolvidas, tais como os quase 400 anos de colonização portuguesa e de sistema escravagista. Essa relação estabelecida entre caráter e raça, e aqui ela marca nomeadamente as etnias indígenas e africanas, reverbera as teorias raciais eugenistas que permeavam as ciências biológicas e antropológicas na virada do século XIX para o XX, como discutiremos mais à frente.

Ao final do livro, Julia Lopes afirma que não há “distinção de raças, de religião, de educação ou de classe. O coração tem em todas [as mulheres] a mesma côr” (Almeida, 1925, p. 201). Não há, porém, como determinar se essa afirmação se refere necessariamente a etnias, pois, ao longo da obra, a autora parece empregar “raça” também como sinônimo de “nacionalidade”, como no trecho: “Foram os dons maternos que o tornaram [Goethe] amado, não só no seu país, como no mundo inteiro [...]. Foi isso o que fez dizer a um outro escritor da sua *raça* e do seu tempo o filósofo Schopenhauer [...]” (Almeida, 1925, p. 71-72, grifo nosso).

Para além desses trechos, a autora não volta a refletir sobre a questão racial nessa obra não ficcional. É necessário, contudo, refletirmos: nesse contexto, qual será o espaço que a maternidade não branca ocupa dentro dessa perspectiva? Teria uma mãe preta ou parda igual missão e igual potencialidade? Com essas perguntas em mente, iniciaremos a análise do conto “Os porcos”, de Julia Lopes de Almeida, tentando entender em que medida o ideal de maternidade está atrelado à mulher branca e se seria possível que esse estado sacralizado permitisse à maternidade não branca igual significado.

Em entrevista a João do Rio, Julia Lopes de Almeida afirmou que, até aquele momento, apenas duas de suas histórias encontravam algum aporte na realidade:

Não ha trabalho meu, com excepção dos *Porcos* e da *Familia Medeiros*, que não seja pura imaginação. O caso dos *Porcos* eu ouvi contar numa fazenda, quando ainda era solteira. Os homens do matto são em geral máos. A narração era feita com indifferença, como se fosse um factu commum. Horrorisou-me (Rio, 1908?, p. 27).

Esse horror fez com que Julia posteriormente escrevesse o conto, que foi premiado em um dos concursos literários promovidos pelo jornal *Gazeta de Notícias* (RJ). Justificando sua classificação, em outubro de 1894, afirma Raul de Norival, juiz do referido concurso:

“Em *Os porcos* vibra uma forte intensidade dramática, mantêm-se o estylo sempre igual, sempre artistico, e palpita uma grande emoção que lembra vagamente uma pagina do extraordinario Maupassant” (Norival, 1894, p. 1). Tal foi a impressão deixada por esse conto que, no ano seguinte, seria mencionado para recomendar outro livro da autora, que sairia em breve, *A viúva Simões*:

é um caso muito interessante, que vai ser narrado aos nossos leitores pela penna delicada da nossa illustre collaboradora D. Julia Lopes de Almeida, a autora de *A família Medeiros* e daquelle maravilhoso conto *Os porcos*, premiado em um dos nossos concursos literários (Livro de epaminondas [O Paiz], 1895, p. 2).

Em 1903, o conto passou a integrar o livro *Ancia eterna*, o qual, segundo Lúcia Miguel-Pereira, constitui-se como a melhor das obras de Julia Lopes de Almeida, na qual “sem nada perder da sua singeleza, ela aproveitou com mais arte os seus recursos de escritora e deixou mais patente a sua sensibilidade” (Miguel-Pereira, 1973, p. 271).

O conto

Em “Os porcos”, Julia narra a história de Umbelina, uma personagem apresentada como “cabocla” ou “roceira”. Por ter engravidado, viu-se rejeitada por seus pais e por seu amante, filho do patrão de sua família. O pai da moça, após agredi-la, determina que, ao nascer, o bebê será jogado aos porcos para ser devorado, do que a protagonista não duvida, pois já vira, tempos antes, “um braço de creança entre as flôres douradas do aboboral” (Almeida, 1903, p. 33). No entanto, a origem dessa outra criança não é revelada.

Essa resolução do pai aparece no parágrafo que abre o conto e paira sobre ele e sobre a protagonista como uma sentença inescapável: durante toda a gravidez, Umbelina pensa em livrar o filho dessa morte apenas para matá-lo de “uma maneira menos degradante e menos cruel” (Almeida, 1903, p. 34). Ou seja, para ela, a sobrevivência da criança não é uma possibilidade, ainda que, em um devaneio rápido, cogite a alternativa: “Guardar a creança... mas como?” (Almeida, 1903, p. 34). Posteriormente, pensa em uma morte que tanto sacie a seu pai (que queria pôr fim a tal “vergonha”), quanto a si própria, em busca de dignidade à criança nos seus primeiros e últimos momentos no mundo, mas, também, de vingança contra o amante que os abandonou.

Chegado o dia do parto, ela sai de sua casa e anda em direção à do patrão, para concretizar o plano que tinha elaborado: “A sua idéa era ir ter o filho na porta do amante, matal-o allia, nos degrãos de pedra, que o pae havia de pisar de manhã” (Almeida, 1903, p.

36). “Deixaria a criança viver alguns minutos, fala-hia mesmo chorar, para que o pae lá dentro [...] lhe ouvisse os vagidos” (Almeida, 1903, p. 37). Uma vez determinado pelo pai de Umbelina o destino da criança (a morte), restava-lhe apenas considerar o modo como aconteceria, optando a personagem, assim, por uma forma que, segundo ela, magoasse também o homem que, com ela, gerou aquela vida.

Contudo, quando ela ainda estava a caminho da casa do amante, o bebê nasce e, por complicações do parto, ela não consegue prosseguir, caindo ao chão. Lança um olhar à casa, outro ao bebê e avista uma porca que se aproxima dos dois, ambos indefesos: o bebê, recém-nascido, e ela, enfraquecida por complicações do parto. Como “ninguém póde fugir ao seu destino” (Almeida, 1903, p. 35), seu bebê é devorado, tal qual determinado pelo pai, e, mencionando a morte da protagonista após ver seu filho morto, o conto acaba.

A narração é em terceira pessoa, com uma voz narrativa onisciente que, por vezes, confunde suas palavras com as da própria Umbelina, por meio do discurso indireto livre. No entanto, essas duas vozes não são tão indissociáveis, pois o uso de exclamações destaca uma voz *outra*, que se distancia da sobriedade da voz narrativa. Por exemplo, “Ai! iam ver agora quem era a cabocla! Desprezavam-na? Riam-se d’ella? Deixavam-na á toa, como um cão sem dono? Pois que esperassem! E ruminava seu plano, receando esquecer alguma minúcia...” (Almeida, 1903, p. 37).

Embora o conto se estruture em torno do momento do parto, pelo qual ela se tornaria efetivamente mãe, a maternidade lhe é, desde o início, negada, pois o destino da criança está selado pela voz paterna, a voz de uma convenção social incontornável. Assim, nem ao leitor nem à protagonista resta a esperança de que a personagem encontre uma suposta redenção cristã através do “divino” da maternidade. Esta lhe aparece por um único momento, como um suspiro:

À pouco e pouco os nervos distenderam-se, e o quasi bem-estar da extenuação fel-a deixar-se ficar alli, immovel, com o corpo na terra e a cabeça erguida para o céu tranquilo. Uma onda de poesia invadiu-a toda: eram os primeiros enleios da maternidade, a pureza inolvidavel da noite, a transparencia lucida dos astros, os sons quasi imperceptiveis e mysteriosos, que lhe pareciam [sic] vi [sic] de longe, de muito alto, como um écho fugitivo da musica dos anjos, que diziam haver no céu sob o manto azul e flutuante da Virgem Mãe de Deus...

Umbelina sentia uma grande ternura tomar-lhe o coração, subir-lhe aos olhos.

Não a sabia compreender e deixava-se ir naquella vaga sublimemente piedosa e triste... (Almeida, 1903, p. 38-39).

Por um instante, a “poesia” da maternidade a invade; sua própria corporalidade nessa cena denota o duplo que, nesse momento, habita a personagem: sendo mestiça, é um corpo que, segundo as crenças racistas da época, pertence à terra e que se encontra naquele momento fisicamente ao chão; mas, mesmo nessa situação, a cabeça se ergue ao céu, como uma elevação de si mesma obtida em sua lenta transformação de mulher para mãe através da criança que nascia. O amor que tanto Umbelina temia sentir aparece, aproximando-a do divino (Nossa Senhora), talvez pela primeira vez, e contrasta com sua relação previamente estabelecida com a religião: “onde se esconderia o grande Deus, divinamente misericordioso, de quem o padre fallava na missa do arraial em termos que ella não atingia, mas que a faziam estremecer?” (Almeida, 1903, p. 35). O amor de um Deus-Pai lhe era incompreensível, mas a impressionava; já a Virgem Maria se torna quase apreensível pelos sentidos (dada a música de anjos que ela parecia experimentar), a partir do momento em que se aproxima da maternidade. Apesar disso, logo sua condição de cabocla a afasta desse divino, pois, “na sua bestialidade de cabocla” (Almeida, 1903, p. 36), não compreendia a ternura que a invadia e lhe despertava lágrimas.

Apesar de seu caráter redentor e das potencialidades que a maternidade tinha, de acordo com as concepções da escritora, à Umbelina, uma mãe solteira não branca, o estatuto *mãe* está associado a um aspecto de horror e de fatalidade, pois, como consequência dela, “a mãe renegava-a, o pai batia-lhe, o amante fechava-lhe as portas” (Almeida, 1903, p. 37). Nem mesmo a mãe da personagem, cuja única menção é nesse trecho do texto, exerce seu papel materno, não apresentando qualquer influência nos eventos ou no enredo. A única informação que temos dela é o desprezo por Umbelina, o que foge à idealização da imagem compassiva e leniente da Mãe conforme retratado pela autora, como vimos, em *Maternidade*.

Já nessa figura da mãe da personagem, que se constrói apenas no silêncio que lhe é imposto, vemos a negação da maternidade às pessoas racializadas ou de classe social marginalizada, como discutiremos mais adiante, no caso de Umbelina. Embora não saibamos a cor dessa mãe, é possível entendê-la por um viés racializado, pois, sendo sua filha denominada “mestiça”, ou seu pai, ou sua mãe são de descendência indígena e isso basta para “manchar” essa mãe, segundo as concepções racistas, ou por sua etnia, ou por associação, via casamento.

Em Umbelina, habitavam sentimentos contraditórios que a criança lhe trazia: “não queria bem ao filho, odiava nelle o amor enganoso do homem que a seduzira” (Almeida, 1903, p. 36), enquanto ainda estava grávida e, quando nascera a criança e a porca o atacava:

“Quiz erguer-se, apanhal-o, defendel-o, salvá-o...” (Almeida, 1903, p. 41). Nesse sentido, Rodrigues Júnior (2023) aproxima o conto da tradição literária do gótico, pela análise das obras de escritoras como Mary Shelley e Ann Radcliffe. Para o pesquisador,

Se monstruosas ou incorruptíveis, as mães góticas partilham, todas, do estatuto de vítimas. Algumas vítimas de uma estrutura social patriarcal opressiva ou de instituições autoritárias como a religião; outras, de suas próprias vicissitudes morais, de paixões e impulsos que transpassam as divisas da racionalidade (Rodrigues Júnior, 2023, p. 119).

Em “Os porcos”, a pressão patriarcal é força indiscutível e sua palavra, lei incontornável, que se funde no conto com a máxima do *determinismo* de que se serviu a literatura naturalista, como discutiremos na seção seguinte. Além disso, fica claro como o impacto da transgressão à moral sexual que gerou a criança afeta desproporcionalmente o homem e a mulher, uma vez que filho do patrão nem sequer é nomeado, ou seja, não pode ser responsabilizado. A relação que se estabelece entre os amantes é desequilibrada e baseada no subjugo da protagonista: “fal-a hia mesmo chorar, para que o pae lá dentro, *entre o conforto do seu colchão de paina, que ella desfiára cuidadosamente*, lhe ouvisse os vagidos” (Almeida, 1903, p. 37, grifo nosso), “Ela estava perdida [...], o amante fechava-lhe as portas” (Almeida, 1903, p. 37) e, principalmente, em “O amante [...] tinha-a posto de lado... Diziam até que ia casar com outra!” (Almeida, 1903, p. 34). Enquanto Umbelina passaria por uma gravidez da qual o bebê “entraria na vida para entrar no túmulo” (Almeida, 1903, p. 37), o filho do patrão, estaria para dar continuidade à sua vida, sem que aquele episódio fosse julgado socialmente como uma sombra em seu caráter². Não se trata de uma subalternização apenas de classe ou de cor, mas, igualmente, de gênero.

E, embora Umbelina tenha consciência da indiferença dele para consigo, e nutra na maior parte do conto apenas ódio e desejo de vingança por ele, como já expusemos anteriormente, há, ao final do

² Isso, infelizmente, se perpetua até os dias de hoje, pois, segundo Censo Escolar realizado em 2011, mais de 5,5 milhões de crianças não têm sequer o nome do pai registrado na certidão de nascimento (Conselho Nacional de Justiça, 2015). Além disso, nome no registro não é garantia de que o pai assumirá as responsabilidades atinentes à criação de um filho, o que não é visto como tabu pela sociedade brasileira. Ao contrário, se uma mãe opta por não exercer a maternidade, seja por meio do aborto ou do abandono parental, é execrada socialmente, marcada como uma “mãe má”, conforme estudo de Lima (2011), que analisou manchetes em casos de abandonos maternos de crianças entre 2008-2010. Uma mãe que exerça bem seu papel é, simplesmente, “mãe”, enquanto um pai que exerça bem seu papel ganha frequentemente o qualitativo “bom pai”.

conto, um único momento de hesitação, de esperança: “Lá em baixo a mesma chapa de luz alvacentas [casa do patrão] acenava-lhe, chamando-a para a vingança ou para o amor. Julgava agora que se batesse áquellas janellas e chamasse o amante, elle viria comovido e tremulo beijar o seu primeiro filho” (Almeida, 1903, p. 40, grifo nosso).

Por mais que a raiva a dominasse, o desejo de vingança a guiasse através dos campos até quase chegar à casa de seu amante, em seu momento final habitava a esperança de ser recebida por ele e, acima de tudo, de que ele fosse reconhecer a criança como seu filho e fosse beijá-lo, acolhendo-o. Mesmo que as ações dele, de forma indireta, de seduzi-la e, posteriormente, abandoná-la, tenham levado a ela e a seu filho à morte, ainda assim era a figura do filho do patrão o único que poderia, de alguma forma, salvá-la, redimi-la - fossem eles casados, a criança não seria um pecado, mas uma bênção. Contudo, essa salvação que lhe traria esse homem não veio. Isso torna Umbelina uma (anti-)heroína gótica, pois, por mais que em um primeiro momento correspondesse aos desejos do pai e pensasse em formas de matar o próprio filho, percebemos que este não era seu desejo final, mas, sim, tê-lo, vê-lo recebido pelo homem que o gerara e ver-se salva pelo amor dele, o mesmo que a condenara.

Essa suposta salvação, na verdade, nunca foi uma possibilidade para a personagem, pois desde o primeiro parágrafo a sentença está anunciada: os porcos matarão a criança. Além disso, Umbelina é uma mulher mestiça, o que, de acordo com as teorias raciais que se serviam e que reforçavam estereótipos e ideais racistas (Botelho, 2003), que permeavam a Primeira República, a colocava em um entrelugar. Assim, ela não era plenamente humana, como denotam as alusões à sua “bestialidade” e “selvageria”, nem plenamente mulher, tendo vistas ao tratamento que é conferido ao seu corpo. Isso acontece porque, de acordo com Ruby Hamad, autora australiana que pensou a relação gênero-raça a partir do contexto dos Estados Unidos Colônia, o mesmo sistema patriarcal que preconiza o subjugo da mulher pelo homem, preconiza, também, o subjugo de pessoas racializadas por pessoas brancas. Como resultado,

A donzela [original] é uma mulher infantilizada, cujas pureza e inocência são ao mesmo tempo inerentes e santificadas, levando-a a uma suposta dependência do homem e a uma obsessão com a virgindade que persiste mesmo em um mundo ocidental que se diz liberal. A donzela garantiu que as mulheres brancas fossem ao menos consideradas humanas, mesmo que as tivesse relegado a uma posição subalterna. Mas, para isso, excluiu categoricamente mulheres não brancas do construção do imaginário de feminilidade. Não é que as mulheres não brancas tenham sido consideradas inferiores às mulheres brancas; elas

nem sequer eram consideradas mulheres (Hamad, 2019, p. 54, tradução nossa)³.

Percebe-se essa diferença no valor dado à “pureza” de Umbelina, por exemplo, ao compará-la à protagonista de “O caso de Ruth”, que integra o mesmo livro. Nele, Ruth, uma moça branca, é pedida em casamento pelo homem de quem gostava, mas o recusa, pois, em uma cena bastante contundente, revela-lhe que fora repetidamente abusada pelo padrasto, de modo que perdera sua “virtude” e, portanto, não aceitaria desposá-lo, para não desonrá-lo com uma esposa “impura”. Isso acontece, pois, segundo a moral da Primeira República, uma vez que a mulher estivesse “despojada do hímen [...], o casamento lhe ficava vetado” (Soihet, 2017, p. 393), pois o corpo feminino era visto como “uma mercadoria a ser negociada” (Soihet, 2017, p. 393). Seu noivo a “perdoa” por essa “transgressão” e decide mesmo assim manter o casamento, mas a protagonista morre antes de poder levá-lo a cabo.

A revelação da violação do corpo branco de Ruth, que, inclusive, pertencia à elite, é o ponto central da história, e é retratado pela voz narrativa e pela voz da própria personagem como uma grande tragédia. Ao final, a transgressão da personagem à moral sexual de seu tempo (mesmo que a violação tenha acontecido por estupro) é punida tal qual a de Umbelina, e a protagonista morre (não fica claro se por morte natural ou por suicídio), uma vez que revela seu “segredo” ao homem que amava. Contudo, quando se trata da “violação” do corpo de Umbelina, esta fica apenas subentendida; não é tratada como uma tragédia, e sim desimportante, a ponto de nem sequer ser mencionado. Segundo Hamad (2019, p. 54),

Mulheres negras, indígena, nativas - todas as mulheres colonizadas eram vistas como ausentes de inocência, uma vez que seus corpos eram livre, aberta e completamente usurpados por homens brancos. A mulher branca poderia ser aceita se se comportasse de determinadas formas, ou fingisse fazê-lo; já as mulheres racializadas [...] estavam condenadas, independentemente do que dissessem ou fizessem (Hamad, 2019, p. 55, tradução nossa)⁴.

³ No original: “The damsel is an infantilised woman whose purity and innocence is both inherent and sanctified, leading to her perceived reliance on men and to the obsession with virginity that persists even in a Western world that is supposedly sexually liberated. The damsel ensured that white women were at least considered human, even though it came at the cost of relegating them to subordinate status. But it did so by ruthlessly excluding non-white women from the construction of womanhood. It is not that non-white women were considered inferior to white women; it’s that they were not considered to be women at all.

⁴ No original: “Black women, Indigenous women, Native women, all colonised women were similarly regarded as lacking in innocence because their bodies were already freely, openly and liberally transgressed by white

Dessa forma, a tragédia que assola Umbelina não é ter tido relações sexuais fora do casamento (como foi à Ruth, segundo a moral burguesa), nem ter sido renegada pela família ou abandonada por seu amante, mas, sim, a angústia da maternidade ilegítima, a

sentença do pai (que se fez lei) e, por fim, ter tido a maternidade negada a si.

É necessário, ainda, nos atentarmos ao fato de que o filho condenado não é, como ela, mestiço, mas, sim, branco, tornando sua morte ainda mais pungente, segundo os valores raciais da época: “Descobriu então a meio o corpo do filho. Achou-o branco, achou-o bonito, e num impulso de amor beijou-o na boca” (Almeida, 1903, p. 40). O único momento em que se alude a uma possível redenção da personagem é o durante o parto, em que ela se torna mãe e, portanto, sagrada, segundo a moral cristã (D’Incao, 2017). No entanto, ela não é uma mãe branca, tampouco “pura”; logo, sua transgressão é punida: a criança, que a tornou mãe, é devorada antes mesmo de a personagem morrer, tolhendo-lhe da única característica que a aproximaria, enquanto personagem racializada, de uma humanidade plena, que era o estatuto de mãe. Portanto, a maternidade racializada está sujeita a um outro patamar do que estava a maternidade branca que Julia defendia ativamente como a forma pela qual as mulheres mudariam o mundo. A Umbelina, uma mãe mestiça solteira, não existiam potencialidades ou possibilidades; a ela, restava apenas ser interdita não apenas de sua criança, como de sua própria vida, bem como a láninha, personagem do conto “Sob as estrellas”, também de *Ancia eterna*. Ela, neta de avó mestiça, engravidara de seu amante e, enquanto este foi ao seminário tornar-se padre, ela ficou, teve a criança, sofreu o escrutínio da sociedade, apenas para ser interdita também de seu filho, que morreu em circunstâncias não descritas, e, assim como Umbelina, de sua própria vida, ao final do conto.

Os porcos e o naturalismo literário

Ao falarmos no período da Primeira República, não há como nos furtarmos de mencionar o impacto que as teorias raciais eugenistas tiveram não apenas na ciência médica produzida naquela época, como também infiltraram outras áreas do conhecimento. De uma teoria sociológica, passou a uma concepção de mundo largamente difundida que norteou diversas opiniões e manifestações artísticas, cristalizando socialmente, com o peso argumentativo de Ciência, o

men. White women could achieve acceptance by behaving in certain ways—or pretending to. Racialised women, however, [...] were doomed no matter what they said or did.”

racismo que permeava a sociedade brasileira desde sua gênese. Segundo os pressupostos desse movimento, denominado *racismo científico* (Sales; Pereira Júnior, 2022), havia características marcas de caráter intrínsecos às raças humanas, sendo o homem branco o civilizado e o mais evoluído, enquanto pessoas de outras cores, tais como os povos africanos e indígenas, seriam de raças selvagens e, portanto, passíveis de serem “civilizadas” pelo homem branco através da catequização (no caso dos indígenas, em um segundo momento) ou da escravização e do trabalho braçal (no caso dos africanos) (Silveira; Driemeyer, 2021).

Logo após a abolição da escravatura no Brasil, o país se deparou com uma mudança no regime político: de monarquia, passa a aderir ao sistema republicano, no qual não apenas os papéis hierárquicos estão em processo de transformação, como também os raciais (Mendes, 2008). Esse momento de transição política se mostrou terreno fértil para o movimento literário do Naturalismo, cujas “certezas deterministas e afiliações filosóficas com teorias racistas importadas da Europa que [...] exultava na fé no progresso e na arrogância imperialista” (Mendes, 2008, p. 189).

Sendo um movimento literário que se propunha a ter raízes no conhecimento científico (Mendes, 2008), logo se entrelaçou, no Brasil, com os ideais racistas eugênicos que permeavam o ideário nacional do período, fazendo com que o homem-bicho de Zola fosse, na literatura nacional, necessariamente, um homem (ou mulher) racializado. Independentemente se negro, indígena, ou mestiço, o homem branco continuaria sendo, necessariamente, superior às raças ditas inferiores (Silveira; Driemeyer, 2021).

De fato, há um olhar de superioridade na voz narrativa, a qual se refere à Umbelina em quase metade das vezes não pelo nome, que lhe daria estatuto de indivíduo, mas por “cabocla”, reduzindo-a a uma categoria *outra* que não plenamente humana. Essa caracterização culmina no momento do parto, que ocorre em meio à natureza, na terra, com a personagem sozinha, seminua, e, aparentemente, de quatro: “a cabocla cahiu de joelhos, amparando-se para a frente nas mãos espalmadas. O choque foi rápido e as últimas dores do parto vieram tolhel-a” (Almeida, 1903, p. 39-40).

Logo no início, a voz narrativa afirma: “Ah! os porcos eram um bom sumidouro para os vícios do caboclo!” (Almeida, 1903, p. 35), como se o vício fosse inerente a uma cor de pele, tal qual preconizado por um dos pilares do Naturalismo: o determinismo biológico-racial. Como resultado disso, Umbelina tem imposta a si uma suposta falta de consciência e de empatia vinculada à sua raça, o que contribui para seu afastamento do caráter humano pleno, como quando, ao recordar-se da outra criança devorada, a voz narrativa afirma: “E voltava-lhe à mente, num arrepio, aquelle

bracinho solto, que ella tivera entre os dedos *indifferentes*, na sua *bestialidade de cabocla matuta*" (Almeida, 1903, p. 36, grifo nosso). Apesar disso, o que é dito parece contradizer com a ideia de neutralidade - segundo o narrador, ela tocara no braço de criança com indiferença, pois era cabocla e, portanto, bestial; contudo, o simples fato de ela se lembrar desse braço já faz com que não tenha sido totalmente indiferente, além de a memória lhe provocar arrepios. Há que se questionar, no entanto, se essa indiferença não é quebrada justamente por sua própria gravidez, o processo pelo qual, como vimos, ela poderia tornar-se mais "humana" e, por consequência, mais consciente do horror daquele fato. Reforçamos ainda que seria a gravidez que quase teria permitido à personagem transcender sua condição racial, para quase tornar-se mulher, ao tornar-se mãe - de uma criança branca.

Essa negação de humanidade se anuncia já no título do conto e, em uma leitura talvez um pouco excessiva, no próprio nome da personagem principal, pois há nele significados possíveis que a marcam, ou, em termos naturalistas, determinam sua trajetória. O primeiro deles é o significado literal de *Umbelina*, que, de acordo com Pându e Pându (2005, p. 274), deriva do latim e significa "pequena sombra". A imagem de *sombra* remete não apenas à representação física da personagem - de pele mais escura, já que mestiça -, como também abre margem para uma interpretação simbólica de que ela jamais poderia atingir a "luz", a "iluminação", estes frequentemente usados como sinônimo de civilização e conhecimento e que, no conto, aparecem para a personagem na forma da Maternidade. Até porque, na narrativa, a personagem, sob a luz da Lua, foge desta, encontrando refúgio sob a figueira que "extendia os braços sombrios, pondo uma mancha negra em toda aquella extensão de luz" (Almeida, 1903, p. 39). Chamamos a atenção, também, para as palavras *Umbelina* e a palavra *umbilical*, que, embora não estabeleçam relação semântica, têm grande similaridade fonética e pode reforçar a proximidade entre a personagem e seu único momento como humana: quando se torna mãe, no parto.

Ainda, o conto se chamar "Os porcos" lhe confere um foco que extrapola a personagem; em última instância, não se trata da história de Umbelina, mas daqueles que executaram a sentença de seu pai, promulgada no parágrafo inicial. Ao contrário, por exemplo, do que ocorre em "O caso de Ruth", em que a protagonista branca tem nome e destaque já desde o título da narrativa.

Além disso, há uma aproximação física de Umbelina com os porcos, anunciada no início do conto: "Os leitões vinham, por vezes, barulhentos e ás cambalhotas, envolverem-se na sua saia, e ella sacudia-os de jeito, batendo-lhes com os pés [...]. Os porcos não a

temiam, andavam perto” (Almeida, 1903, p. 34). Esses animais, também, são descritos “arrastando no barro os corpos immundos, de pelo ralo e banhas descahidas”, situação que remete ao próprio parto por que passa a personagem: “O luar illuminava a triste caminhada d’aquella mulher *quasi núa* e pesadíssima” (Almeida, 1903, p. 37); “A cabocla benzeu-se [...], esmagando sob a sola dos pés curtos e trigueiros [...]”, ou seja, nu, descalço, semidesprovido da casca de civilização. Essa correlação se comprova mais estreitamente ao final do conto, durante seu parto: ela está sob a luz da lua, mas se esconde no escuro e tem seu bebê no chão: “[...] o quasi bem-estar da extenuação fel-a deixar-se ficar alli, immovel, com o corpo na *terra*” (Almeida, 1903, p. 38, grifo nosso). E, como resposta à dor, pôs-se a “cravar as unhas no chão” (Almeida, 1903, p. 39).

Isso se torna ainda mais significativo, pois há, no conto, duas esferas do espaço físico bastante delimitadas: a primeira é a esfera do Céu, Divino, inatingível e temível: “A cabocla quiz esconder-se [...] com medo [...] dos pensamentos peccaminosos que tumultuavam no seu espirito e que a lua santa e branca parecia penetrar e esclarecer” (Almeida, 1903, p. 39). Nesse conto, o céu está sempre límpido, claro, brilhoso, há estrelas, há o brilho intenso da Lua, que se reflete nas paredes brancas da casa do amante, que é branco, que habita em uma casa (símbolo de civilização) e que dorme em um colchão que a própria personagem lhe fizera.

Em contraponto, há a segunda esfera: a da Terra; esta que, entretanto, não é apenas o mundo terreno, mas literalmente a terra solo, que suja, que mancha e que serve de abrigo para “aqueles porcos malditos” e para a própria Umbelina, no momento de seu parto (Almeida, 1903, p. 34). O abrigo que encontrou foi sob a escuridão que uma figueira proporcionava, árvore esta descrita com forte aproximação visual com a materialidade da placenta, pois dela saíam as “raizes das arvores, muito extendidas e salientes no chão” (Almeida, 1903, p. 39), tais como as veias intumescidas do órgão quando é expelido.

Nesse aspecto, o conto corresponde ao Naturalismo clássico ao deixar clara a correspondência entre os estereótipos raciais das personagens e o ambiente que as cerca. No início, cabocla, grávida fora do casamento, está em ambiente sujo, baixo, de terra; mas, iniciado o parto, há o entrelace entre o sujo (terra, lama) e o idílico: as plantações de milho, as flores de gabirola e de esponjeira, que “punham lençóis de neve na extensa margem do córrego” (Almeida, 1903, p. 35). O choque ocorre quando, sob o céu rosado da aurora, morrem mãe e filho, aumentando o horror proporcionado por essa cena.

Embora a personagem visse com repulsa os animais que executariam a sentença do pai, ao longo do conto eles são o

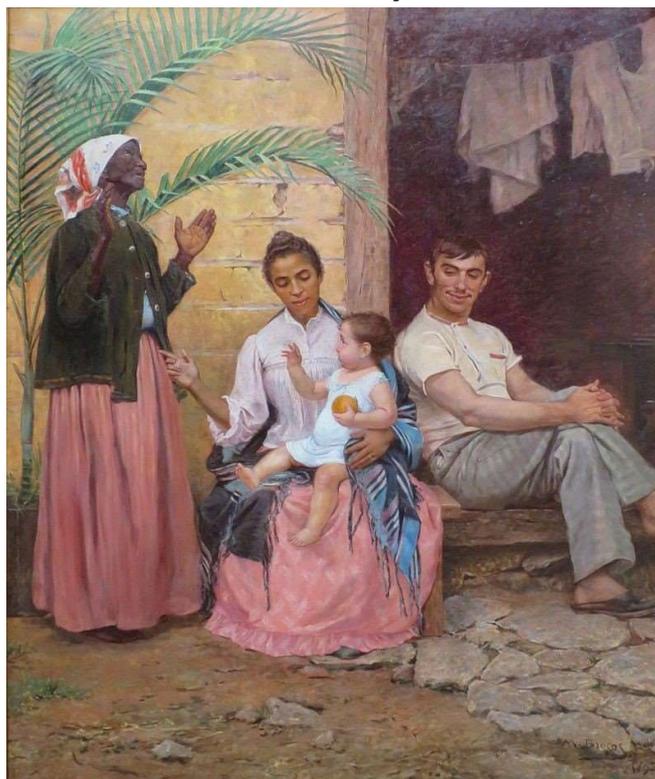
elemento mais próximo de si própria. A casa do amante, único espaço “civilizado” descrito visualmente no conto, se torna visível, ao final, para Umbelina, mas é-lhe inatingível, pois morrem ela e a criança antes de conseguirem se aproximar.

A própria voz narrativa utiliza recorrentemente termos que subalternizam e distanciam Umbelina do leitor: “Uma vingança doida e cruel aquella, que se fixara havia muito no seu coração *selvagem*” (Almeida, 1903, p. 36-37, grifo nosso); “No seu coração de *selvagem* desabrochava [...]” (Almeida, 1903, p. 40, grifo nosso). Para prender o cordão umbilical do filho, ela “arrancou com os dentes o cordão da saia” (Almeida, 1903, p. 40) e, após beijar a boca de seu filho, tenta dar-lhe o peito, mas “não tinha alento” (Almeida, 1903, p. 40), ao contrário da porca que se aproximava “arrastando no chão as mammas pellancosas, com o rabo fino, arquerado, sobre as ancas enormes, o pello hirto, irrompendo raro da pelle escura e rugosa” (Almeida, 1903, p. 41). Tanto as mammas quanto a escuridão da pele aproximam Umbelina e porca, talvez mais do que de seu próprio bebê: “o filho: achou-o branco, achou-o bonito” (Almeida, 1903, p. 40).

Ao longo do conto, a personagem é retratada apenas ao lado de fora da casa, onde “aquelles porcos maldictos [...] rodeavam [...] desde manhã até a noite” (Almeida, 1903, p. 34). O mais próximo que a protagonista chega do ambiente doméstico é a soleira de sua porta, onde “sentava-se horas inteiras [...], alisando com um pente vermelho de celluloido o cabelo negro e corredio” (Almeida, 1903, p. 33).

A descrição dessa cena de Umbelina sentadas horas à porta, denotando a suposta preguiça inerente à sua cor, e que, mestiça, torna-se mãe de um filho branco, evoca composição semelhante à pintura *A redenção de Cam* (1895), de Modesto Brocos, símbolo do ideário de branqueamento do Brasil que permeou o Brasil desse período (Lotierzo apud Roncolato, 2018, s. p.), conforme reproduzida na Figura 1.

FIGURA 1 - A redenção de Cam



Fonte: Roncolato (2018).

Cam, segundo o mito bíblico, era filho de Noé e foi por ele amaldiçoado à servidão eterna a seus semelhantes, mito este que foi utilizado pela Igreja Católica para justificar a escravização dos povos indígenas e africanos ainda no século XVI, entendendo-os como as raças descendentes dessa figura mitológica (Reid, 2022). Na pintura, figuram quatro pessoas: uma senhora negra, uma moça parda, um homem branco e, no colo da jovem, uma criança branca. Analisando-a a partir do título, *A redenção de Cam*, percebe-se que o ventre materno mestiço, ao gestar e parir uma criança branca, não apenas se redimiria, como também a toda a sua raça. A mestiçagem, neste caso, é vista por um prisma positivo, tais como defendiam Silvio Romero e Araripe Junior, por exemplo, pois seria um processo capaz de “expurgar” a “selvageria” do brasileiro, esta associada à parcela negra e indígena da população (Silveira; Driemeyer, 2021). A partir dessa concepção, no conto, pensando a criança branca como a redenção da mulher mestiça que a gestou fora do casamento, a morte da criança (e da mãe quase redimida) assume uma conotação trágica; é o futuro (embranquecido) interrompido, é a redenção (através do embranquecimento) interdita.

Há, contudo, outra leitura sobre a mestiçagem largamente difundida durante a Belle-Époque, a exemplo dos escritos de Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, que consideravam a mestiçagem a

forma última de degeneração racial, que poderia levar à barbárie ou à esterilização da população brasileira (Silveira; Driemeyer, 2021), como se pessoas mestiças fossem geneticamente híbridas de espécies diferentes. Por esse viés, tanto a morte de Umbelina (mestiça) quanto a morte de seu bebê (branco, mas com sangue mestiço) adquiriria um significado de justiça, ou, ainda, salvação. Apesar dessa possibilidade, pelo tom trágico presente na história e pelo posicionamento da autora em conceber, em *Maternidade*, que é possível, pela educação, “refinar o sangue” de pessoas racializadas, é provável assumir que esse seja uma interpretação secundária, validada mais pelo posicionamento pessoal do leitor do que por elementos da história.

Há, ainda, a máxima naturalista, “ninguém pode fugir a seu destino” (Almeida, 1903, p. 35), que não apenas está literalmente escrita no conto, como também rege toda a estrutura narrativa: o destino da personagem está selado na frase que o abre. Embora seja uma determinação vociferada pelo pai da personagem, e não pela natureza, a voz patriarcal assume, aqui, o mesmo caráter determinista e inescapável, tornando possível à voz do homem-pai ditar *ipsis literis* o destino da personagem feminina.

Assim, nos deparamos aqui com uma outra abordagem acerca do determinismo naturalista: não um pautado apenas em raça e classe, denunciando a condição animal do ser humano, de que trataram as obras canônicas do Naturalismo Brasileiro (Mendes, 2008), mas, também, um que se pauta na condição de gênero da personagem. Nesse sentido, é interessante nos questionarmos se Julia, por ser uma mulher que escreve, ao se utilizar da estética naturalista, não nos traz uma outra *ânsia* da sociedade do entresséculos, que a aproximaria, nesse conto, de um estilo gótico-naturalista:

a maternidade gótica está intimamente ligada à monstrosidade, transgrede [sic] as leis naturais e da racionalidade, adentrando ao território divino da criação e subvertendo os consagrados mitos da figura materna pura, graciosa e virginal. Ao promover tamanhas infrações, essa maternidade transgressora cobra um preço alto às personagens mães e faz cair sobre elas os mais terríveis castigos (Rodrigues Júnior, 2023, p. 127).

Ou seja, para além do desassossego de cor e de classe (subalterna ao homem com quem teve relações), há o de ser mulher em uma sociedade patriarcal, uma que preconiza suposta santificação da mulher pela maternidade. Se esta ocorrer, contudo, fora dos padrões estabelecidos pela estrutura patricarcal, é a mesma que condenará a mulher eternamente.

Para a personagem (mestiça, mas ainda mulher), é impossível escapar à sentença patriarcal. Ao final do conto, a sentença do pai se cumpre de forma quase mágica, ou por meio de um

“instrumento de uma justiça sobrenatural ou metafísica, de ordem superior” (Rodrigues Júnior, 2023, p. 126), pois a protagonista percorrerá longo caminho para ir até a casa do amante, onde não deveria haver porcos. A imagem do animal surge, primeiro, como um vulto negro contra o céu da aurora idílica, revelando-se uma porca de mamas pelancosas, sem que se saiba de onde ela veio. E, ao aproximar-se de Umbelina, cumpre-se a sentença do pai: o neto virará alimento dos porcos, pouco antes de a protagonista morrer, vendo seu filho, que, depois do ataque do animal, virará apenas um “montão de carne pendurada nos dentes” (Almeida, 1903, p. 41) da porca, que se afastou “naquella imensa vastidão côr de rosa” (Almeida, 1903, p. 41).

Considerações finais

Podemos perceber que Julia, em meio às diversas transformações sociais e políticas que vivenciou no Brasil de sua época, conquistou um espaço e uma importância na cena literária brasileira até então inéditos a uma escritora mulher. Com isso, trouxe opiniões e perspectivas para diversos embates a partir de um olhar feminino, posicionando-se não apenas sobre assuntos considerados “de mulher”, tal qual a maternidade, mas também de interesse e impacto cultural, vide sua participação na idealização da ABL.

Contudo, ao pensar a condição da mulher de sua época, não há como se furtar ao fato de que a mulher sobre quem pensava era, às vezes, restrita à sua própria condição: branca, de família de renome, esposa de um poeta reconhecido, para quem se atribuírem novas funções era não uma questão de sobrevivência (como no caso de mulheres racializadas e/ou pobres), mas de contribuição social.

Assim, não cabe a uma personagem como Umbelina o papel da Mãe Educadora, ou da Mãe Redentora, por ter parido uma criança branca. A ela, cabe apenas a tragédia de mestiça, estar perto o suficiente da civilização para vislumbrá-la, mas não para usufruí-la ou dar-lhe alguma contribuição, pois, como é comum à prosa naturalista, à Umbelina é negado o caráter pleno de humanidade. Ainda, enquanto personagem racializada, é-lhe também negado o estatuto de mulher e toda a performance social que isso suscitaria, já que os ideais de pureza e de inocência do ideário patriarcal não poderá, jamais, pela lógica racista, se aplicar a uma mulher não branca. No conto, ela é aproximada da bestialidade, da selvageria e, em última instância, dos porcos (pois esses são os “personagens” que ocupam os mesmos espaços que ela) do que de seu amante branco, que nem mesmo aparece na narrativa. Essa ausência, além de isentá-lo do abandono que comete com relação à Umbelina e à criança, fortalece a distância moral e social que os separa, fazendo com que a personagem não tenha ninguém a quem recorrer, uma

vez abandonada pelo amante, pelo pai e pela mãe, e condenada socialmente.

Utilizando-se da estética literária do Naturalismo, Julia denuncia a hipocrisia social com relação à gravidez ilegítima ao apontar como ela afeta desproporcionalmente o homem e a mulher envolvidos. Apesar disso, acaba reforçando a desumanização de Umbelina, relegando-a a uma suposta condição de selvagem, incivilizada e inculta, dado o medo que sente dos elementos religiosos, justamente por não entendê-los. A raça da personagem torna-se determinante de seu intelecto, de suas disposições e de sua moral, visto que a “perda” de sua “virtude” nem ao menos é mencionada. A tragédia, em “Os porcos”, é a condição intermediária e imutável de Umbelina enquanto uma mulher mestiça de classe baixa e a interdição da maternidade branca. Essa poderia ser sua salvação enquanto mulher que teve relações fora do matrimônio, e enquanto mestiça, que poderia, com seu corpo, gestar uma criança que colaboraria com a redenção de uma sociedade decadente. Mas, como “ninguém pode fugir a seu destino” (Almeida, 1903, p. 35), essa redenção não ocorre, interdita pela voz patriarcal. Assim, percebe-se que, mesmo que haja um afastamento entre a voz narrativa e a personagem e, por extensão, entre a mulher branca de elite que era Julia e a personagem mulher pobre mestiça de Umbelina, há por parte da escritora o reconhecimento da ânsia que rodearia a ambas: a de ser mulher em uma sociedade patriarcal hipócrita, que redime e interdita, que condena e absolve, que salva e que assassina uma mulher no simples enunciar de uma frase.

Referências

ALMEIDA, Julia Lopes de. *Ancia eterna*. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1903.

_____. *Maternidade*. Rio de Janeiro: Olivia Herdy de Cabral Peixoto, 1925.

BOTELHO, André. Na contracorrente do Naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bomfim. *Temáticas*, Campinas, v. 11, n. 21-22, p. 75-100, jan./dez. 2003.

CASAGRANDE, Rafaela Zanotto. *O Sufrágio e a Primeira Onda Feminista*. Trabalho acadêmico (História da Época Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Pai presente e certidões*. 2ª ed. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, s. l., 2015. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp->

content/uploads/conteudo/destaques/arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61dfbf7c07f13ea.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 223-241.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 322-362.

FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida em cena: notas sobre seu arquivo pessoal e seu teatro inédito. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, p. 95-114, dez. 2018.

HAMAD, Ruby. *White tears, brown scars*. Melbourne: Melbourne University Press, 2019.

HOMENAGENS LITERÁRIAS: Far-se-á no Rio um monumento a Eça de Queiroz? A Noite,

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1912. Anno II, n. 281, p. 1.
Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_01&pasta=ano%20191&pesq=%22julia%20lopes%20de%20almeida%22. Acesso em 23 mai. 2020.

LIMA, Auricéa Xavier de Souza. "Mães más": um olhar sobre o abandono. *Revista Gênero*, Niterói, v. 11, n. 2, p. 29-44, jan./jun. 2011.

LIVRO DE EPAMINONDAS. *O Paiz*. Rio de Janeiro. Sexta-feira, 5 de abril de 1895, n. 3838, p. 2.

MENDES, Leonardo. O romance republicano: Naturalismo e alteridade no Brasil 1880-90. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 2, n. 24, p. 189-207, jul.-dez. 2008.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. Prosa de ficção: de 1870 a 1920. 3. ed. Rio de Janeiro: J.Olympio; Brasília: INL, 1973.

NORIVAL, Raul de. Concurso da Gazeta. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1894. v. 20, n. 284.

JULIA LOPES. *O Paiz Illustrado*, Rio de Janeiro, 1896, p. 13.

PÂNDU, Pândiá; PÂNDU, Ana. *Que nome darei ao meu filho?* Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

REIS, Miguel Lucio dos. A redenção de Cam (1895): um olhar para as histórias dos relacionamentos inter-raciais no Brasil. In: SOUSA, JUNIOR, Manuel Alves de; RANGEL, Tauã Lima Verdán (Orgs.). *Relações étnico-raciais: reflexões, temas de emergência e educação*. Itapiranga: Editora Schreibern, 2022.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1908?.

RODRIGUES JÚNIOR, Edson José. A maternidade como motivo gótico em “Os porcos”, de Júlia Lopes de Almeida. *Revista Abusões*, v. 9, n. 20, p. 101-128, 2023.

RONCOLATO, Murilo. A tela “A redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil. 14 jun. 2018. Disponível em: <<http://homologa.edusp.usp.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SALES, Anselma Garcia de; PEREIRA JÚNIOR, Airton. Racismo científico e democracia racial. In: SOUSA JÚNIOR, Manuel Alves de; RANGEL, Tauã Lima Verdán (Orgs.). *Relações étnico-raciais: reflexões, temas de emergência e educação*. Itapiranga: Schreibern, 2022.

SERÁ LEVANTADA a candidatura de D. Julia Lopes de Almeida para uma das vagas da Academia. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 nov. 1925, p. 1.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 362-400.

SILVEIRA, Éder; DRIEMEYER, Cândida. Uma eugenia à brasileira. In: SCHWARTSMANN, Leonor Batista; GOLDANI, João Carlos; BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Saúde tem história II: narrativas no centro histórico-cultural Santa Casa de Porto Alegre*. Porto Alegre: ISCMPA, 2021.

TEDESQUE, Érica. *Feminismo liberal e epistemologias feministas*. 2022. 89 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 401-442.